



# Consulta Pública

## Metas Nacionais STJ 2027



Foto: Flickr/STJ

Brasília – DF  
Junho/2026

---

## *Introdução*

---

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021 a 2026, instituída pela [Resolução CNJ n. 325, de 29 de junho de 2020](#), se encerra ao final este ano. Diante disso, o CNJ já iniciou as tratativas para elaboração da Estratégia Nacional para o ciclo 2027-2032, tendo sido divulgados os [macrodesafios](#) já delineados para o período, conforme se segue:

**MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2027-2032**

Aprovados no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Florianópolis/SC, nos dias 1º e 2 de dezembro de 2025, durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram os Macrodesafios do Poder Judiciário para a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2027-2032.

- 1. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS**
- 2. FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE**
- 3. AGILIDADE, EFETIVIDADE E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**
- 4. ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS**
- 5. PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÕES DE CONFLITOS**
- 6. CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS**
- 7. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**
- 8. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL**
- 9. APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO**
- 10. APERFEIÇOAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO**
- 11. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS**
- 12. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
- 13. DESENVOLVIMENTO ÉTICO DE SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEGURANÇA CIBERNÉTICA**

À Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, regulamentada pela [Portaria CNJ n. 59/2019](#), coordenada pelo CNJ e com representação de todos os segmentos de justiça, compete a proposição de soluções que visem ao enfrentamento de problemas comuns do Judiciário, com base nos macrodesafios do período.

Entre as medidas adotadas pelo CNJ para cumprimento dos citados macrodesafios está a instituição das Metas Nacionais para o Poder Judiciário, que representam o compromisso firmado pelos tribunais brasileiros para uma prestação jurisdicional aperfeiçoada, com o intuito de prestar à sociedade uma justiça mais ágil e efetiva. Essas metas devem ser elaboradas de **forma participativa e democrática**, conforme preconiza a [Resolução CNJ n. 221/2016](#).

O processo de formulação das metas nacionais para 2027 segue o cronograma proposto pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme documento intitulado [Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 – Referência 2026-2027](#):

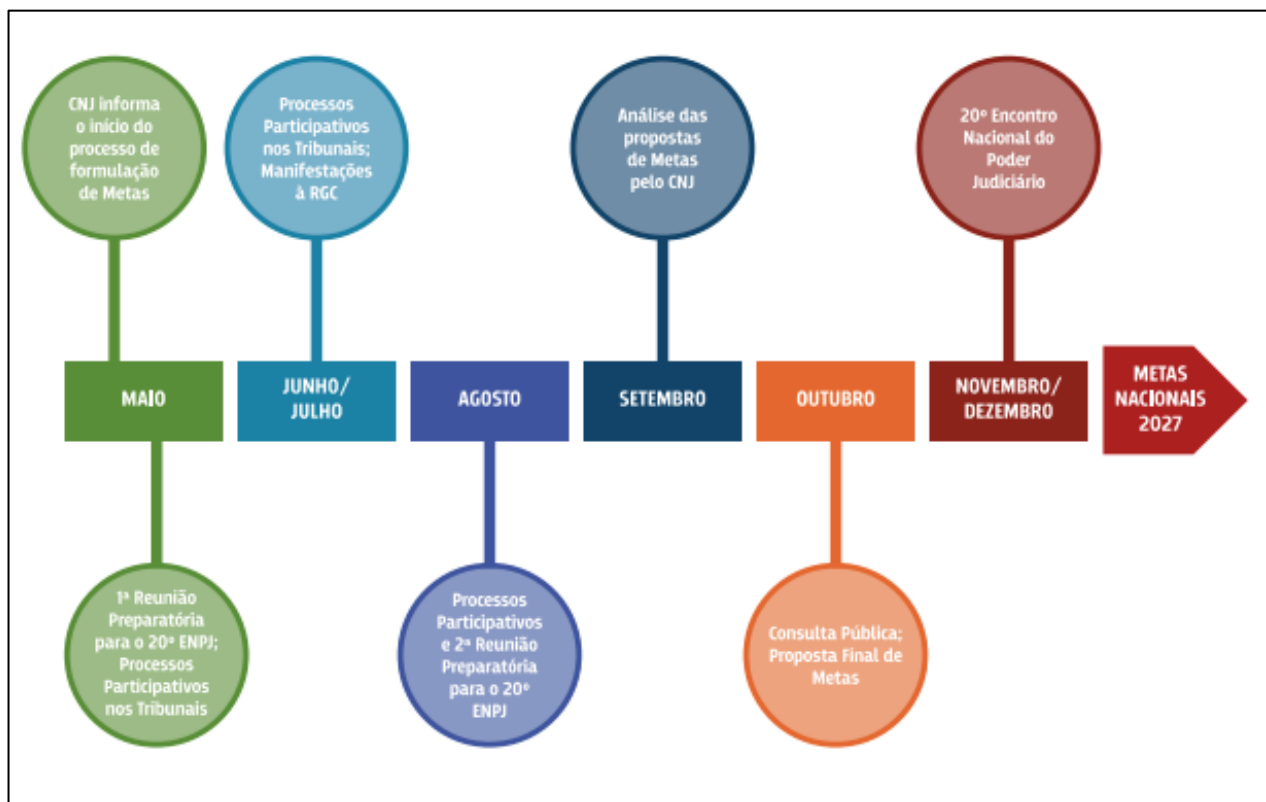


Figura: Cronograma de Implantação das Metas Nacionais 2027

Em alinhamento às orientações daquele Conselho, o STJ adotou processos participativos, disponibilizando consultas, tanto para o público interno quanto para o externo, com o intuito de saber quais são os principais anseios em relação à atuação prioritária do Tribunal para o exercício seguinte. Esse levantamento serve, portanto, como um dos insumos para a proposição das **Metas Nacionais de 2027** a serem perseguidas pelo STJ. Sua aprovação ocorrerá no 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para dezembro de 2026.

De acordo com a [Portaria CNJ n. 471/2025](#), que regulamenta o **Prêmio CNJ de Qualidade 2026 e 2027**, e pontua quanto à gestão participativa, essa premiação tem como objetivos:

- estimular e reconhecer o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão;
- contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional;
- promover a transparência e a melhoria na prestação de informações;
- incentivar o aperfeiçoamento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário e dos serviços de tecnologia da informação do Poder Judiciário;
- fomentar o desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e a formulação das metas nacionais.

Em 2026, o Prêmio CNJ de Qualidade compreende as categorias: Prêmio CNJ de Qualidade Diamante; Prêmio CNJ de Qualidade Ouro; Prêmio CNJ de Qualidade Prata. Os eixos temáticos a serem avaliados são: governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia.

Especificamente, no **eixo Governança**, há uma pontuação pela realização de atividades com ampla participação de magistradas e magistrados e de servidoras e servidores de todos os graus de jurisdição, contribuindo para uma **gestão participativa e democrática** na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário.

Assim, segue uma breve análise dos dados apurados neste levantamento, considerando tanto o público interno quanto o externo.

---

## *Metodologia*

---

No período de 27/5/2026 a 12/6/2026, foi disponibilizado formulário de pesquisa voltado tanto para o público interno (ministros, servidores, colaboradores e estagiários) quanto para o público externo (magistrados, ministério público, advogados, imprensa, cidadãos em geral), conforme Anexo I do presente relatório.

Os formulários de pesquisa utilizados em outros anos foram analisados, revisados e atualizados, sendo disponibilizados para resposta, neste ano, na ferramenta *Microsoft Forms*. Dessa forma, entende-se que há sequência de instrumentos durante o período de 2021-2026, acontecendo somente ajustes pontuais.

A divulgação da consulta pública aconteceu da seguinte forma (Anexo II):

- **intranet**: notícias no Conexão STJ e Mídia Indoor;
- **internet**: divulgação de notícias no Portal do STJ; envio de *e-mails* para o corpo funcional do Tribunal; uso de redes sociais (*Instagram, Twitter, WhatsApp*). Houve ainda divulgação por outros órgãos do Judiciário e escritórios de advocacia.

### *Caracterização da amostra*

Desde 2017, o Tribunal disponibiliza a consulta junto ao público interno e externo, chegando, em 2026, à décima edição da pesquisa. Abaixo, há um histórico do total de participantes no decorrer desse período. Observa-se que neste ano foi registrado o menor número de respondentes da série histórica.



Figura: Gráfico com histórico de respondentes da consultas públicas

Quando se analisa o perfil dos respondentes em 2026, observa-se um **público interno** de **194 servidoras e servidores**. Já em relação ao **público externo**, foram **182 respondentes**, sendo apenas 3 magistradas e magistrados. Mais uma vez, verifica-se uma certa equivalência no número de participantes internos e externos a esta consulta pública.

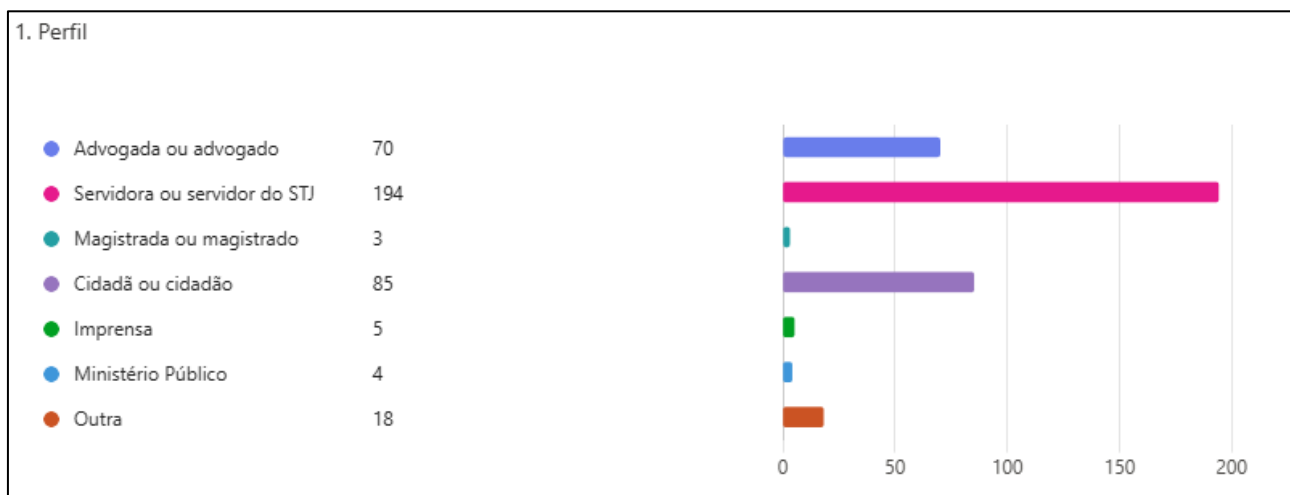


Figura: Gráfico com perfil dos respondentes da consulta pública para 2027

Ao analisar a Unidade da Federação a qual os respondentes pertencem, novamente, constata-se uma participação destacada do Distrito Federal, com 228 participantes, o que pode ser explicado pela quantidade significativa de servidores do STJ respondendo à consulta. Em seguida aparecem São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Nota-se que a Federação do Brasil foi representada por seus Estados, exceto Amapá, Amazonas e Mato Grosso, que não apresentaram participantes nesta edição.



Figura: Gráfico dos respondentes por estado da federação

### *Resultados*

O gráfico a seguir apresenta os resultados apurados na consulta pública realizada:

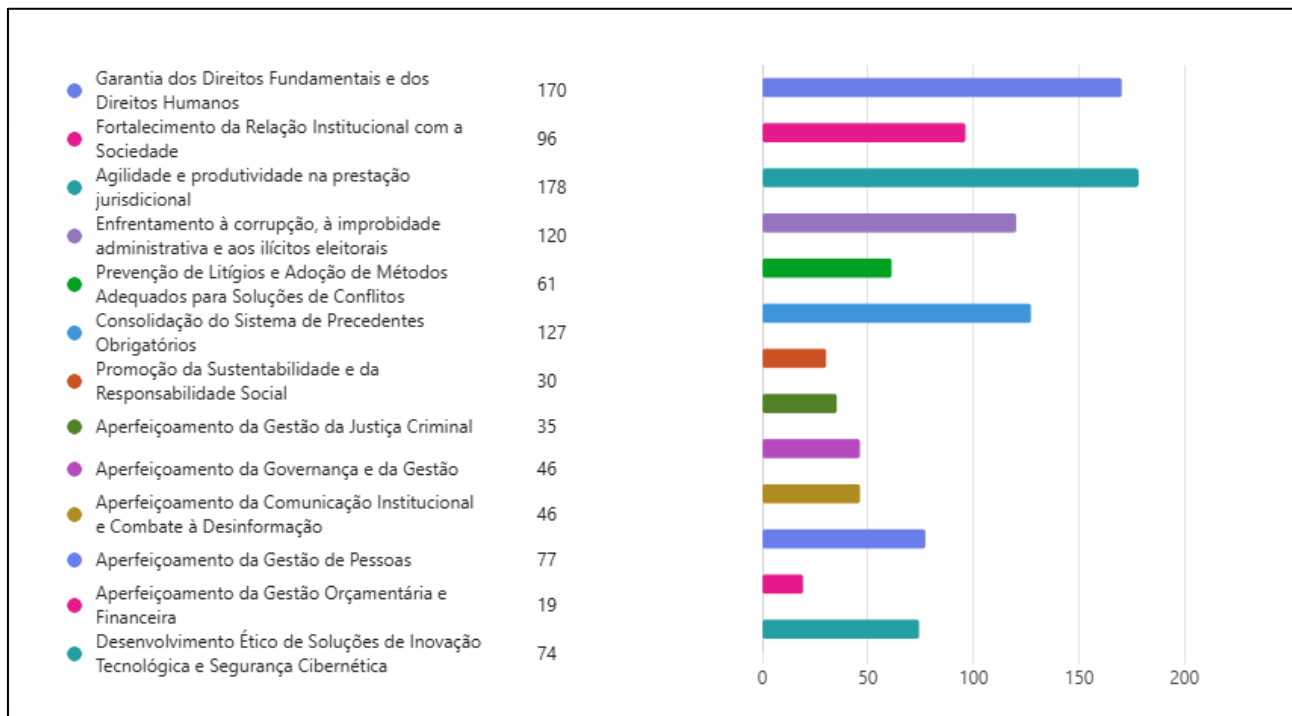


Figura: Gráfico dos resultados da consulta pública por macrodesafio do Poder Judiciário 2027-2032

Em 2026, os três macrodesafios mais votados pelos respondentes foram:

- **Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional – 178 votos;**
- **Garantia dos direitos fundamentais e dos direitos humanos – 170 votos;**
- **Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios – 127 votos;**

### *Conclusão*

Como destaques desta edição da consulta pública têm-se:

a) o menor número de respondentes da série histórica, com um total de 376. Com a tendência de queda observada desde 2022, infere-se que o método/modelo de apuração pode ter se esgotado, com menor engajamento do público-alvo, menor adesão a esse tipo de levantamento. Outra hipótese é que o modo de divulgação não tenha sido tão efetivo quanto em exercícios anteriores, devendo ser revisto para o próximo ano;

b) as duas primeiras colocações, novamente, ficaram por conta da **Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional** e da **Garantia dos direitos fundamentais e dos direitos humanos**.

c) pela primeira vez, verificou-se o surgimento do macrodesafio **Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios** entre os três primeiros mais votados pelos participantes. Acredita-se que os respondentes passaram a compreender melhor a importância do tema para o Tribunal, pois a atual visão de futuro foi definida como **“Consolidar o STJ como uma corte de precedentes que oferece justiça ágil, moderna, preventiva e cidadã”**. Supõe-se que ao se avançar nessa consolidação, o maior anseio da sociedade por **agilidade na prestação jurisdicional**, seja também contemplado.

Em 2026, como em anos anteriores, também foi realizado por esta Assessoria de Gestão Estratégica - AGE um estudo prospectivo estatístico (Anexo III) sobre a viabilidade de alcance das metas nacionais pelo STJ, em 2026 e 2027. O estudo mostrou que as perspectivas de cumprimento tanto em 2026 quanto em 2027 são ótimas, mesmo com as diversas ponderações.

Considerando a previsão de mudança de gestão no STJ em agosto do corrente ano, optou-se por adotar uma abordagem mais conservadora na definição das metas para 2027. Ressalta-se, contudo, que tais metas poderão ser revisadas e ajustadas até a realização do próximo Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para dezembro.

Assim, desdobrando os macrodesafios em indicadores e metas, conforme orientação do CNJ no documento denominado [Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, referência 2026-2027](#), sugerem-se as seguintes metas nacionais para o STJ em 2027:

- **Macrodesafio 1 - Garantia dos direitos fundamentais e dos direitos humanos:** refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais, buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, ao trabalho decente e ao pleno exercício dos direitos políticos. Visa também à garantia dos direitos humanos reconhecidos no plano internacional, dos direitos de minorias, da promoção da dignidade, da inclusão e acessibilidade a todas as pessoas e da proteção a grupos vulnerabilizados, além do combate a todas as formas de discriminação. Visa assegurar o acesso à Justiça, de forma ampla e igualitária, incentivo de soluções reparadoras e inclusivas por intermédio de julgamento sob a perspectiva interseccional de gênero e raça. Inclui ainda a tutela específica de direitos de crianças e adolescentes, tanto em situações de garantia quanto em atos infracionais.
  - **Meta 6:** julgar, até 31/12/2027, 75% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2026.
  - **Meta 7:** julgar, até 31/12/2027, 80% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas, e 80% dos processos relacionados aos crimes de racismo e de injúria racial distribuídos, até 31/12/2026.
  - **Meta 8:** julgar, até 31/12/2027, 100% dos casos de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher, distribuídos até 31/12/2025.
  - **Meta 10:** julgar, até 31/12/2027, 100% dos casos de subtração internacional de crianças, distribuídos até 30/6/2027.

- **Macrodesafio 3 – Agilidade, efetividade e qualidade na prestação jurisdicional:** tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais e com cumprimento da tutela jurisdicional em todas as fases processuais, bem como elevar a eficiência e qualidade na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.
  - **Meta 1:** julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
  - **Meta 2:** julgar, até 31/12/2027, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020.
  - **Meta 4:** julgar, até 31/12/2027, 100% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2023.
  - **Meta 5:** reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31/12/2027, referente ao apurado em dez./2026. Cláusula de barreira: 37%.
  
- **Macrodesafio 6 – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios:** refere-se ao fortalecimento da aplicação efetiva do sistema de precedentes obrigatórios, conforme previsto no Código de Processo Civil, com o objetivo de garantir segurança jurídica, coerência, isonomia e integridade das decisões judiciais. Envolve a padronização de teses jurídicas, a racionalização do julgamento de casos análogos e a redução da litigância abusiva. Inclui ainda a adoção de medidas que inibam a proposição de ações judiciais contrárias a precedentes consolidados, promovendo a estabilidade do sistema de justiça e a eficiência na tramitação processual. Contribui, assim, para o enfrentamento da judicialização indevida e para a construção de uma jurisprudência mais uniforme e previsível.

Até 2026, o assunto foi acompanhado pela Meta Específica **Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos**. Para 2027, a tendência é que o tema continue sendo acompanhado, por ser bastante relevante no ordenamento jurídico brasileiro. Entretanto, observou-se que a meta não estava mais atendendo ao seu objetivo e está em estudo uma nova métrica, até mesmo para contemplar o próximo plano estratégico do Tribunal de 2027-2032. A ideia é que, até o Encontro Nacional deste ano, já se tenha uma proposta.

Portanto, sugere-se o encaminhamento da presente proposta para **validação pela Alta Administração do Tribunal**, e posterior **discussão na 2ª Reunião Preparatória para o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário**, prevista para agosto de 2026.

### Anexo I – Questionário da consulta pública

**METAS NACIONAIS 2027 - Consulta Pública**

Olá!

Ajude o STJ a priorizar as suas metas para o próximo ano!  
Esta consulta destina-se a identificar as prioridades de atuação para o Tribunal em 2027, em alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.  
É um formulário rápido e objetivo, com apenas uma questão.  
Sua opinião é sempre muito importante para traçarmos nossas prioridades!

Período de preenchimento: **27/5 a 12/6/2026**.

Desde já agradecemos por sua valiosa contribuição.

Quando você enviar este formulário, ele não coletará automaticamente seus detalhes, como nome e endereço de email, a menos que você mesmo o forneça.

\* Obrigatória

**1. Perfil \***

- Advogada ou advogado
- Servidora ou servidor do STJ
- Magistrada ou magistrado
- Cidadã ou cidadão
- Imprensa
- Ministério Público
- Outra

**2. Estado da Federação \***

Selecionar sua resposta

**3. O STJ tem como missão "Uniformizar a interpretação da legislação federal e oferecer justiça ágil e cidadã". Na busca desse propósito, o Tribunal construiu seu planejamento alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, o qual aponta macrodesafios a serem cumpridos. Assinale abaixo quais desses macrodesafios você entende que devem ser priorizados pelo STJ em 2027 (marque até 3 opções): \***

Selecione no máximo 3 opções.

- Garantia dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos
- Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Entrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Prevenção de Litígios e Adoção de Métodos Adequados para Soluções de Conflitos
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
- Promoção da Sustentabilidade e da Responsabilidade Social
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
- Aperfeiçoamento da Governança e da Gestão
- Aperfeiçoamento da Comunicação Institucional e Combate à Desinformação
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- Desenvolvimento Ético de Soluções de Inovação Tecnológica e Segurança Cibernética

### Anexo II – Divulgação da consulta pública

---

#### Redes sociais do STJ:

Instagram – <https://www.instagram.com/p/DZCoN6Alqnn/>

YouTube – <https://youtu.be/YU2UUcOaqFc?si=3-DAcIFmJVtnfP>

#### Matérias no Portal do STJ:

<https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/08062026-Consulta-publica-sobre-metas-do-STJ-para-2027-segure-disponivel-ate-sexta-feira--12--.aspx>


#### Matérias na Intranet do STJ:

[https://stjus.sharepoint.com/sites/ConexaoSTJ/SitePages/Consulta-p%C3%BAblica-sobre-metas-do-STJ-para-2027-segure-dispon%C3%ADvel-at%C3%A9-sexta-\(12\).aspx](https://stjus.sharepoint.com/sites/ConexaoSTJ/SitePages/Consulta-p%C3%BAblica-sobre-metas-do-STJ-para-2027-segure-dispon%C3%ADvel-at%C3%A9-sexta-(12).aspx)

#### E-mail interno:

Prezado(a) **Leonardo Barros Veríssimo**,

Já está disponível a **Consulta** Pública do STJ, e sua participação é fundamental para ajudar o Tribunal a definir e priorizar suas metas para o próximo ano.

 **Período de participação:** de 27 de maio a 12 de junho de 2026

 **Tempo de resposta:** poucos minutos

 **Acesse agora e participe:** **METAS NACIONAIS 2027 - Consulta** Pública – [Preencher o formulário](#)

<https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?>

[id=8NUj3qzMHtEYB1iISqMBVqgZeVFq0xJ1nEXyKxK3tGVUQTiyNVZRTVAzTlpVV1lwNFE2UUw5NVhXViQOCN0PWcu&route=shorturl](https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=8NUj3qzMHtEYB1iISqMBVqgZeVFq0xJ1nEXyKxK3tGVUQTiyNVZRTVAzTlpVV1lwNFE2UUw5NVhXViQOCN0PWcu&route=shorturl)

A pesquisa é rápida, simples e decisiva: quanto maior a participação, mais assertivas e representativas serão as prioridades definidas, refletindo o que realmente importa para todos nós e para um STJ mais eficiente, efetivo e alinhado às necessidades institucionais.



Assessoria de Gestão Estratégica  
Coordenadoria de Planejamento Estratégico  
Ramais: 8859 e 8063

#### Portal de outros órgãos do Judiciário:

[TJRS](#); [TRF4](#).

#### Escritórios de advocacia:

[Oziadvocacia](#); [Ceobaniuc](#).

**Anexo III – Estudo prospectivo (CDAD/AGE)**

---

**Estudo Prospectivo para Definição das Metas Nacionais de 2027****1. Objetivo**

O presente estudo tem por objetivo analisar o cenário atual de cumprimento das metas nacionais em 2026 e avaliar o potencial acervo de processos que poderão compor as metas de 2027. A análise busca subsidiar a definição das metas para 2027 que sejam simultaneamente desafiadoras e factíveis, considerando a capacidade produtiva do Tribunal e a evolução esperada dos estoques processuais.

---

**2. Panorama Atual das Metas de 2026**

A Tabela 1 apresenta a situação atual das metas nacionais em 2026.

**Tabela 1 – Situação atual das metas de 2026**

Meta	Acervo em 01/01/2026	Julgados em 2026	Acervo Atual	Cumprimento
Meta 02	583	315	268	54,03%
Meta 04	75	42	33	56,00%
Meta 06	1.636	1.276	360	103,99%
Meta 07a	26	22	4	105,77%
Meta 07b	0	0	0	100,00%
Meta 07c	53	39	14	91,98%
Meta 08	74	54	20	72,97%
Meta 10	7	5	2	71,43%

Observa-se que, mesmo antes da conclusão do primeiro semestre, todas as metas apresentam percentual de cumprimento superior a 50%, sendo que algumas já alcançaram integralmente os índices exigidos para o exercício.

Esse cenário evidencia um desempenho institucional forte e sugere, em princípio, baixo risco de descumprimento das metas atualmente vigentes.

---

**3. Perspectiva Inicial para as Metas de 2027**

A Tabela 2 apresenta a quantidade de processos que, na data de elaboração deste estudo, ainda não foram julgados e potencialmente poderão compor as metas de 2027 por se enquadrarem nos critérios atuais das metas com a progressão em um ano na linha de corte.

**Tabela 2 – Potencial acervo para as metas de 2027**

Meta	Processos candidatos às Metas 2027	Acervo projetado para 2027*
Meta 02	526	258
Meta 04	123	90
Meta 06	1.375	1.015
Meta 07a	17	13
Meta 07b	3	3
Meta 07c	61	47
Meta 08	399	379
Meta 10	2	0

\* Considera, exclusivamente para fins ilustrativos, que todos os processos remanescentes das metas de 2026 sejam julgados até o final do exercício e que nenhum outro processo elegível seja julgado nesse período.

Essa projeção deve ser interpretada com cautela. Na prática, parte significativa dos processos atualmente candidatos às metas de 2027 tende a ser julgada ainda em 2026, **reduzindo o estoque efetivamente transferido para o exercício seguinte.**

#### 4. Evolução Histórica do Acervo Elegível

A tabela abaixo mostra uma tendência de redução nos estoques iniciais de metas nacionais, em decorrência da maior adesão do tribunal ao seu cumprimento nos últimos anos.

**Tabela 3 – Evolução do acervo elegível das metas nacionais**

Meta	Acervo em 01/01/2025	Acervo em 01/01/2026	Acervo projetado para 2027*
Meta 02	1.284	583	258
Meta 04*	483	75	90
Meta 06	1.761	1.636	1.015
Meta 07a	46	26	13
Meta 07b	5	0	3
Meta 07c**	94	53	47
Meta 08	393	74	379

Meta 10

5

4

0

\*Os critérios de enquadramento da Meta 04 foram alterados em relação ao exercício anterior.

\*\*A meta não existia em 2025

---

## 5. Limitações e Fatores de Risco

Os resultados deste estudo devem ser interpretados considerando os seguintes fatores:

- A obtenção de 100% de cumprimento pode ser inviabilizada por um único processo pendente de julgamento;
- Parte significativa do desempenho observado em 2026 decorre de esforços extraordinários e forçadas-tarefa temporárias, cuja continuidade não está garantida para 2027;
- A Meta 04, historicamente, nunca foi integralmente cumprida pelo Tribunal, o que recomenda cautela na elevação excessiva de seu grau de exigência;
- Nas Metas 6, 7, 8 e 10, parcela relevante do acervo elegível para 2027 ainda ingressará no Tribunal ao longo de 2026, incorrendo em incertezas nas projeções atuais.